

Relator quer conter ação conservadora

Organização dos Estados

Frejat recusa apoio aos "divisionistas"

Os defensores da criação de novos Estados estão fechando qualquer acordo para tentar derrubar o relatório do senador José Richa (PMDB-DF) que — apesar de não estar concluído — não acolhe qualquer emenda nesse sentido. Um dos últimos contatos foi feito ontem com o deputado Jofran Frejat (PFL-DF) — presidente da subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios — pedindo apoio em troca de votos para a autonomia do DF.

Frejat não critica esse tipo de articulação, considerando-a como "uma prática política normal". Afirmou no entanto que este tipo de acordo não interessa, já que a criação de Estados é muito polêmica e o apoio poderá causar represálias na votação da autonomia política da capital federal.

O presidente da subcomissão não identificou o grupo de "divisionistas" que lhe apresentou a proposta, dizendo somente "que são os articuladores de sempre". Os

autores das emendas que foram acolhidas pelo deputado Siqueira Campos (PDC-GO) negam que estejam formando um bloco para derrubar o substitutivo de José Richa. O próprio Siqueira Campos admite porém, que irá lutar a partir de agora, como um constituinte, pela criação do estado do Tocantins — desmembramento de Goiás.

O substitutivo do senador José Richa não ficou pronto ontem como foi anunciado por ele na véspera. O relator da Comissão de Organização do Estado preparou o esboço de seu substitutivo ontem pela manhã, viajando em seguida para uma cerimônia de condecoração no Rio de Janeiro. O texto final ficou por conta de seus assessores jurídicos, que ficaram reunidos no Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) até o final da noite de ontem. A assessoria de Richa acredita que cópias do documento estarão prontas ainda hoje à tarde.

Amapá insiste em virar estado

Macapá — Se a proposta de transformação dos territórios em estados não passar na Constituinte, estaremos dando mais um passo para trás no processo de democratização do país e eternizando o sofrimento de boa parcela do povo brasileiro que ainda luta pelo direito de gerir seu próprio destino. O debate é do prefeito de Macapá, Raimundo Azevedo Costa, que não concorda com o argumento de que a transformação implicaria necessariamente no investimento de volumosos recursos, como alegam alguns constituintes. Seguindo ele, o Amapá vem se preparando há muitos anos

para a transformação, tanto é que já foram construídos todos os prédios públicos que servirão para sediar o novo governo estadual. "Até o banco do estado já está pronto, instrumento de fomento à nossa indústria e comércio, que só não funciona porque somos territórios", explicou. Para o prefeito Azevedo Costa, a não-aprovação da transformação do território em estado seria sobretudo um ato de injustiça para com o povo do Amapá, que trabalha, produz, paga impostos mas não tem o direito de ver o fruto de seus esforços ser aplicado na sua própria terra, nem de fiscalizar a sua aplicação.

Josemar Gonçalves



Severo Gomes incorporará "avanços" em seu relatório

Ordem Social

Arma nuclear pode sofrer limitações

O substitutivo preliminar da Comissão da Ordem Social deverá prever, no capítulo do meio-ambiente, a proibição da importação, pesquisa, fabricação, armazenamento e transporte de artefatos bélicos nucleares no país, apesar de haver cinco emendas que suprimem ou modificam esse artigo.

Os deputados José Lourenço (BA) líder do PFL, e Nilson Gibson (PMDB-PE) têm emendas suprimindo o artigo em sua íntegra. O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Santana (PMDB-BA), defende as atividades nucleares "desde que para fins pacíficos"; o deputado Cunha Bueno (PDS-SP) quer a fabricação dos artefatos desde que submetidos ao Congresso; já o senador José Richa (PMDB-PR) propõe que pelo menos a sua pesquisa seja permitida.

Também a caracterização como crime inafiançável para condutas e práticas danosas ao meio ambiente e para a omissão de desídia das autoridades competentes por sua proteção deverá ser mantida no parecer do relator. Apenas dois parlamentares apresentaram emendas supressivas ao artigo: os deputados Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), que se retira na íntegra, e Stélio Dias (PFL-ES), que suprime as figuras da indenização sem culpa, genocídio e crime inafiançável.

O Artigo 43, que permite a instalação e funcionamento de reatores nucleares, após prévia autorização do Congresso Nacional, recebeu duas emendas antagônicas: uma do deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI), pela sua supressão, outra do deputado Fábio Feldman (PMDB-SP), que proíbe a instalação desses reatores, exceto se desenvolvida para finalidades científicas. Já o líder do PFL, deputado José Lourenço, propõe que a autorização seja dada pela Câmara dos Deputados e não pelo Congresso.

Dos 13 artigos dedicados ao meio ambiente no anteprojeto da Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, apenas quatro foram objeto de emendas supressivas.

Agenda — A Comissão reúne-se na próxima segunda-feira, para discussão do anteprojeto preliminar do relator e recebimento de emendas.

Armada expõe os seus problemas

O ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, reuniu ontem, cerca de 28 parlamentares para falar sobre "as realidades", as possibilidades e limitações da Marinha brasileira.

A exposição do ministro Sabóia e do chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Hermes de Lourdes da Fonseca, sensibilizou os constituintes. A deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF), membro da Comissão de Ordem Social, parabenizou o ministro por essa iniciativa.

O deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ), da Comissão de Sistematização, afirmou que o Congresso Nacional vai ser sensível aos problemas das Forças Armadas.

Sistema de governo

Presidente poderá ser grande árbitro

O relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), adiantou, ontem, que vai adotar no seu substitutivo o parlamentarismo como forma de governo. Ele explicou que na questão da competência, o primeiro-ministro cuidará da alta administração, enquanto o presidente da República funcionará como "um grande árbitro de tudo". O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, confirmou que o substitutivo de Egídio será mais parlamentarista do que o apresentado pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), na Subcomissão do Poder Executivo, que reservava ao presidente a função de iniciar o processo legislativo.

Organização Eleitoral

Israel defende a adoção do voto distrital misto

A adoção do sistema de voto distrital misto, segundo um modelo da Alemanha Ocidental, está sendo defendido pelo deputado Israel Pinheiro Filho, do PMDB de Minas Gerais. Israel, que foi presidente da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, vê a proposta como a melhor solução para o Brasil e como única forma de fortalecimento dos partidos políticos. Baseado em dados apresentados pelos professores Bolívar Lamounier e Francisco Wefort, Israel opinou que o Brasil é o único grande país do mundo onde os partidos são fracos e não têm tradição, acreditando que "isso se deve ao sistema político, onde os interesses individuais prevalecem sobre os interesses partidários".

Analisando o sistema eleitoral brasileiro, Israel mostra o exemplo de Minas Gerais, onde dos 722 municípios, somente 129 repetiram a votação para os candidatos votados em 1982. Para ele, isso é uma prova de que existe infiltração, facilidades e até a presença do poder econômico. "São deputados que perdem as ligações com as suas regiões, não atendem aos seus compromissos eleitorais e mudam de área de atuação em busca de novos votos, para fugir, mais uma vez, aos seus compromissos".

De acordo com Lamounier, o sistema eleitoral brasileiro é na base do "salve-se quem puder", com amigos e correligionários se degladiando em busca dos mesmos votos. Isto, diz o deputado, favorece a fragmentação partidária e não facilita a consolidação dos partidos. Reconhece o deputado que o sistema proporcional tem algumas vantagens, prin-

cipalmente no que se refere ao voto das minorias e à capacidade de representação das mesmas. Mas, as desvantagens são bem maiores. Ainda usando os dados expostos por Wefort e Lamounier, Israel Pinheiro está propondo que se ponha em prática o sistema misto, a exemplo da Alemanha, onde o eleitor dá dois votos: um no distrito e outro na legenda geral dos candidatos pelo partido. Dessa maneira, a única escolha individual será na hora da preparação da chapa partidária, ainda com bastante peso do regional. Aqueles que não tiverem realizado um mandato de acordo com o programa do partido, ficarão automaticamente fora da chapa, pois serão derrotados em seus distritos. A proposta de Israel diz que se deve dar critérios de proporcionalidade.

Com essa proposta o deputado mineiro acredita que vá diminuir o custo das eleições e acabar com um fato que se torna cada vez mais frequente no parlamento brasileiro, ou seja, cidades e regiões sem qualquer representação, com os votos diluídos, além de políticos que nunca tiveram interesses ou defenderam essas regiões.

Agenda — O relator Prisco Viana examina as 488 emendas recebidas para apresentar seu relatório. A Comissão somente se reúne na segunda-feira.

cipalmente no que se refere ao voto das minorias e à capacidade de representação das mesmas. Mas, as desvantagens são bem maiores. Ainda usando os dados expostos por Wefort e Lamounier, Israel Pinheiro está propondo que se ponha em prática o sistema misto, a exemplo da Alemanha, onde o eleitor dá dois votos: um no distrito e outro na legenda geral dos candidatos pelo partido. Dessa maneira, a única escolha individual será na hora da preparação da chapa partidária, ainda com bastante peso do regional. Aqueles que não tiverem realizado um mandato de acordo com o programa do partido, ficarão automaticamente fora da chapa, pois serão derrotados em seus distritos. A proposta de Israel diz que se deve dar critérios de proporcionalidade.

Outro integrante dos rotulados de "conservadores", com o deputado Jales Fontoura (PFL-GO), diz que o relatório do presidente da subcomissão de direitos gerais, Virgílião de Senna, "foi da esquerda para a direita. Agora é preciso que pelo menos se caia no centro, porque o resultado do relatório da subcomissão foi bastante frustrante".

Jales Fontoura concorda que as negociações que se desenvolverão durante todo o dia de hoje e até à meia-noite de amanhã em torno do senador Severo Gomes "serão árduas e difíceis", mas bem mais suaves do que as posições extremadas das subcomissões. Fontoura tem interesse direto no que diz respeito à exploração de recursos minerais no país, que deverão continuar de posse da União. Mas busca, nas negociações, uma participação maior dos Estados e municípios no que diz respeito à exploração, através da autorização da cobrança de impostos paritariamente com a União. Ele insiste, ainda, na criação do chamado "Fundo de Exaustão", através do qual o estado pode taxar ou abrir mão da cobrança de tributos.

Agenda — O senador Severo Gomes apresenta, amanhã à noite, o relatório preliminar da Comissão da Ordem Econômica. Hoje, reúne-se informalmente com membros da comissão.

Meira apóia cinco anos para Sarney

"Fui levar ao presidente José Sarney meu apoio ao seu Governo" — disse o senador Meira Filho (PMDB-DF) ao sair da audiência com o presidente ontem de manhã, no Palácio do Planalto.

Meira, que é favorável ao mandato de cinco anos para o presidente Sarney, disse que não levou a ele nenhum problema político, nem mesmo sobre a autonomia do Distrito Federal. "Não é preciso sobrecarregar o presidente com um problema que a Constituinte está examinando" — comentou. E acrescentou: "Vim apenas trazer o meu abraço e o meu apoio e dizer que estou com ele no Senado. E o presidente ficou satisfeito de ver alguém que chega, não para pedir, mas apenas para dizer: estou com o senhor".

Avaliação de emendas ocupa 30 pessoas

O relator da Comissão do Sistema Tributário, orçamento e Finanças, da Constituinte, deputado José Serra (PMDB-SP) e uma equipe de assessores continuam trabalhando sobre as 1.164 emendas recebidas na segunda-feira, e com as quais muitos constituintes pretendem mudar os pareceres aprovados nas três subcomissões respectivas.

O Prodasen — processamento de dados do Senado — designou um "gerente" de programas para atender ao relator e fazer sua ligação com o grupo de digitadores posto à disposição da Comissão. Além disso, José Serra mandou vir de São Paulo alguns técnicos de sua confiança com os quais ele já havia trabalhado quando secretário da Fazenda. Eles se somaram a treze assessores do Senado e da Câmara para ajudar no trabalho. A equipe chega a quase trinta pessoas.

O deputado José Serra informou que vai entregar o seu parecer neste sábado. Mas vai ser uma entrega apenas simbólica. E provável que o documento completo só fique pronto no domingo. Por isso, ele só começará a ser discutido na segunda-feira que vem, em sessão plenária na comissão, na segunda já será contado o prazo para que os constituintes da comissão emendem o parecer do relator. O prazo termina na terça-feira, dia 9.

Apesar do número muito elevado de emendas recebidas até segunda-feira passada, o parecer de José Serra não deverá apresentar mudanças muito significativas em relação aos pareceres recebidos das três subcomissões. Mas a fase de votação do parecer, que deve começar na próxima quarta-feira, promete debates acirrados, principalmente das questões relacionadas à área financeira.

SENADO FEDERAL AVISO

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 001/87

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Manutenção, Limpeza e Conservação, com fornecimento de material, no Complexo Arquitetônico do Senado Federal e do Centro Gráfico, no decorrer do exercício de 1987.

DATA E LOCAL DA LICITAÇÃO: 06/07/87, às 15:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação, localizada no 9º andar do Edifício Anexo I do Senado Federal, Brasília-DF.

EDITAL E INFORMAÇÕES: Acha-se afixado no Quadro de Avisos, no endereço supra, onde também poderão ser prestadas informações, ou pelo telefone (061) 211-4334. O Edital respectivo encontra-se à disposição dos interessados no guichê do Serviço de Protocolo Administrativo, andar térreo do Edifício Anexo I. Brasília, 04/06/87. Comissão Especial de Licitação



Defensores de novos Estados querem o apoio de Frejat

Garantias Individuais

Lysâneas confirma avanços trabalhistas

O deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ), que foi relator da Subcomissão dos Direitos Políticos e Coletivos, garantiu ontem que questões como o direito à sindicalização, à greve, além da criação da Defensoria do Povo, do Tribunal de Garantias Constitucionais e da instituição do voto destituído, apesar de pressões da ala conservadora, foram mantidos no substitutivo preliminar elaborado pelo relator da Comissão da Soberania e Direitos do Homem e da Mulher, senador José Bisol (PMDB-RS).

O pré-anteprojeto distribuído no início da semana aos membros da Comissão Temática pelo

senador gaúcho visava apresentar um esboço do que o relator pretendia incluir em seu substitutivo final, além de proporcionar a abertura de uma discussão e da elaboração de novas emendas. A explicação é do deputado pedetista, Lysâneas Maciel, que passou grande parte da tarde de ontem, trancado com o senador Bisol, no gabinete do relator, dando os últimos retoques no substitutivo preliminar que será apresentado logo mais, às 14h30 minutos, durante entrevista coletiva. "Se os conservadores dizem que estão preparados para a votação, nós não somos ingênuos e portanto também já estamos na reta final das articulações para que o relatório Bisol seja aprovado na íntegra", frisou Maciel.

Conforme revelou o parlamentar carioca, o relator manteve a inclusão da garantia de não discriminação por "orientação sexual" no texto, além de suspender a aplicação da prisão perpétua para casos de seqüestros e estupro seguidos de morte. O voto aos dezesseis anos também foi mantido como também para os militares de qualquer patente. No caso do direito à propriedade, Bisol reafirmou que não podem ser desapropriados os bens de uso particular ou familiar, contrariando o anteprojeto da subcomissão que tratou do assunto.



Lysâneas Maciel (PDT-RJ)

Plebiscito para pena de morte

A realização de um plebiscito, após a promulgação da Constituinte, para definir a instituição ou não da pena de morte no Brasil foi proposta pelo deputado Narciso Mendes (PDS-AC), através de emenda apresentada à Comissão da Soberania e Garantias do Homem e da Mulher, presidida pelo deputado Mário Assad (PFL-MG).

Mendes quer que o próprio povo decida sobre a pena de

morte, que vem sendo reclamada por uns e rejeitada por outros. Mendes, a propósito, contesta a vinculação da proeza com a criminalidade, como argumento contra a pena de morte, por considerá-lo cruel e injusto, na medida em que coloca «o pobre e o assassino estuproador, o miserável e o latrocida, o necessitado e o seqüestrador como seres complementares e indissociáveis».



Viana quer estabelecer princípios da inelegibilidade

Prazo de 6 meses para filiações

O relator da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, deputado Prisco Viana (PMDB-BA), que continua examinando as 488 emendas apresentadas aos anteprojeto das três subcomissões, pretende restabelecer, no seu substitutivo, o prazo mínimo de seis meses de filiação partidária para os candidatos a cargos eletivos.

O prazo, inicialmente proposto no anteprojeto da Subcomissão da Organização Eleitoral, acabou sendo prolongado para um ano.